

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL DA APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.

3.º Trimestre de 2021 – janeiro a setembro de 2021

1. Introdução

Nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) compete genericamente ao Conselho Fiscal fiscalizar a administração da Sociedade, cumprindo-lhe elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração.

De acordo com a alínea i) do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, estão as empresas públicas obrigadas a divulgar os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

A fiscalização da APL está cometida a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não é membro daquele órgão, adotando o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do CSC.

Assim, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 336/98, de 3 de novembro, conjugado com o referido artigo 413.º do CSC, apresenta-se o presente relatório, o qual se reporta ao segundo Trimestre de 2021.

O presente relatório é emitido com base no documento do Conselho de Administração “Relatório Trimestral de Execução Orçamental janeiro-setembro 2021”, com data de aprovação por este órgão de 18/11/ 2021, enviado ao Conselho Fiscal em 24/01/2022. Este relatório teve ainda em consideração o Relatório do Revisor Oficial de Contas, Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda., datado de 05/04/2022, e remetido ao Conselho Fiscal em 13/04/2020, em anexo e constituindo parte integrante do presente documento, bem como a análise das Atas das reuniões do Conselho de Administração realizadas neste período.

2. Factos Prévios Relevantes

A análise efetuada pela empresa e refletida no presente relatório considera o documento revisto do Plano de Atividades e Orçamento da APL 2021-2023 (PAO 2021-2023), aprovada pelo Conselho de Administração da APL em 7 de outubro de 2021, que não se encontra aprovado.

De referir, adicionalmente, que, para efeito de análise de execução orçamental, a empresa efetuou uma repartição das suas rubricas por duodécimos.

3. Acompanhamento da Gestão e da Execução Orçamental

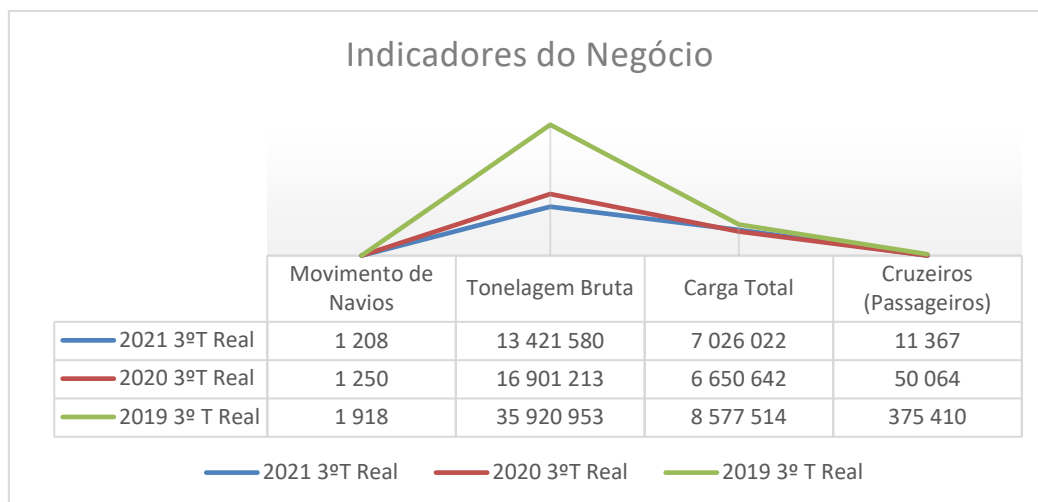
3.1. Acompanhamento da Gestão

No âmbito das suas competências, definidas pelo artigo 16.º dos Estatutos da APL, S.A., na sua atual redação, bem como do artigo 420.º do CSC, no exercício de 2020, o atual Conselho Fiscal, procedeu ao acompanhamento da gestão da APL, S.A., através, fundamentalmente, da análise da documentação de prestação de contas que lhe foi disponibilizada e da leitura das Atas das reuniões do Conselho de Administração.

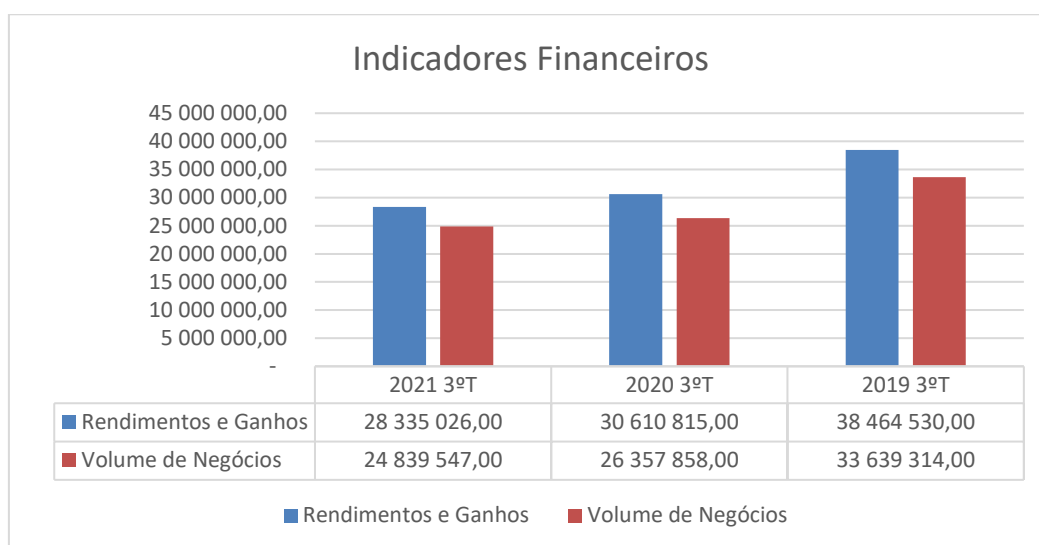
3.2. Execução Orçamental

Quanto à execução orçamental, atendendo ao Relatório de Gestão apresentado e às considerações efetuadas no ponto anterior do presente relatório relativamente ao PAOI 2021-2023, destacam-se os seguintes aspetos:

- No terceiro trimestre de 2021, o movimento portuário de navios continuou a decrescer face ao período homólogo (-3,4%), com especial destaque para o movimento de cruzeiros, que continuou a ser o mais afetado (-69,8%);
- Na atividade de cruzeiros, há, no entanto, a relevar uma recuperação gradual a partir de 26 de julho, com o registo de 15 escalas (o que representa uma quebra de 54,5% face ao período homólogo de 2020) e um total de 11.367 passageiros (menos 77,3% do que no período homólogo de 2020), prevendo a empresa terminar o ano com um total de 100 escalas de navios de cruzeiro;
- A GT total regista um decréscimo de 20,6%, muito influenciada pelo impacto no tráfego de navios de passageiros, uma vez que na movimentação de carga se registou alguma melhoria, 5,6% face ao período homólogo de 2020 (com exceção do segmento de granéis sólidos e dos granéis líquidos);



- Tal continua a dever-se à evolução da pandemia, muito embora com maior impacto no primeiro semestre;
- Posto isto, no terceiro trimestre do ano registou-se uma redução de 5,8% no volume de negócios e de 7,4% no total de rendimentos e ganhos (entre os quais se destaca uma quebra de 11,5% na categoria de Usos Dominiais – dadas as restrições ditadas pelo confinamento e o respetivo impacto na área de bares e discotecas – e de 17,1% em Regulamento de Tarifas – relacionada principalmente com as variações da TUP Navio e com a Tarifa de pilotagem). Ainda assim, quebras menores do que as registadas no primeiro semestre;



- Mesmo relativamente ao orçamento, estas rubricas continuam igualmente bastante abaixo do previsto: -13,1% no total dos rendimentos e ganhos e -15% relativamente às vendas e prestações de serviços;
- De salientar o aspeto referido pela Gestão relativamente à rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos”, que inclui uma variação da conta de imputação de rendimentos de bens de concessões a reverter, no montante de -350 mil euros face a 2020, que decorre do reconhecimento do efeito da prorrogação de 5 anos concedido às concessões TMB e TMPB (com os devidos impactos ao nível das amortizações);
- Relativamente aos gastos totais registou-se um aumento de 1,2% face ao período homólogo de 2020 (com o contributo muito significativo dos FSE, que registou um aumento de 20,1% face ao período homólogo do ano anterior), muito embora, em termos globais, se verifique uma redução de 6,7% face ao estimado no orçamento, especialmente na rubrica de FSE, que ficou 16,2% abaixo do estimado e na rubrica de Outros Gastos e Perdas, que se encontra 44,7% abaixo do orçamentado;
- Em síntese, o fator determinante para esta evolução dos FSE é a reposição das dragagens de manutenção (que em 2020 ficaram muito abaixo do normal), que

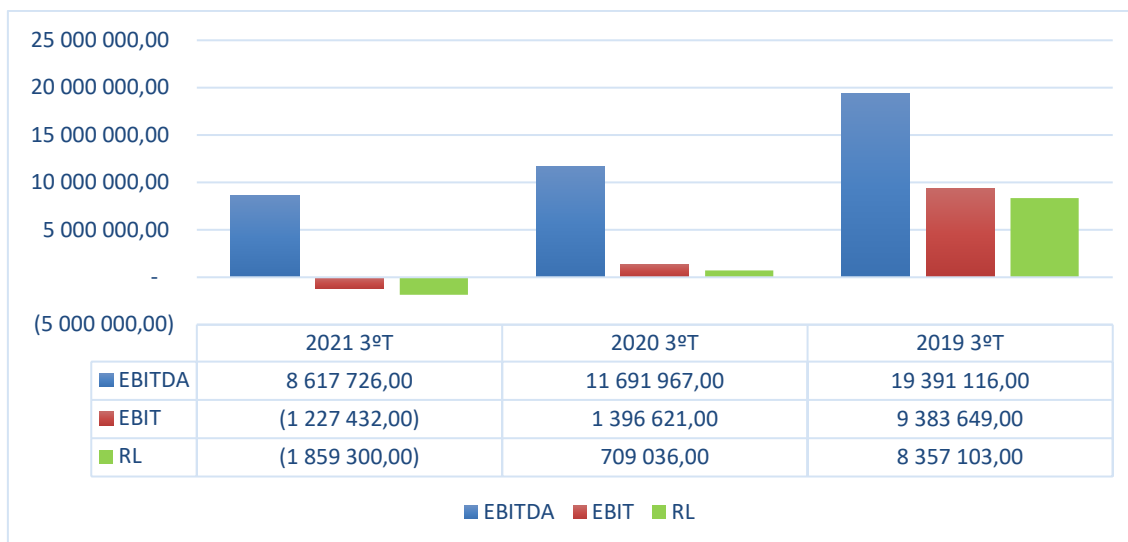
registaram um aumento superior a 1 milhão de euros, ficando mesmo acima do estimado no orçamento;

- Em sentido contrário, verificou-se uma ligeira redução dos Gastos com Pessoal, na ordem dos 1,5% face ao período homólogo do ano anterior, em face essencialmente da grande variação do número médio de trabalhadores ao serviço, assim como, na rubrica de seguros e ação social, igualmente pela redução do efetivo e da sinistralidade. Contudo, por via da evolução dos Rendimentos e Ganhos da APL o seu peso continuou a deteriorar-se, passando de 44% em setembro de 2020 para 47% em setembro de 2021;

- Com esta evolução do agregado dos principais gastos operacionais, em comparação com a evolução descrita do volume de negócios, o rácio de eficiência operacional sofre uma degradação face ao período homólogo de 66% para 72% (bem como face à estimativa de 66,5% do orçamento) e, conseqüentemente, uma degradação substancial do EBITDA da empresa, que passou de 11.691.967€ a setembro de 2020 para 8.617.726€ no período homólogo de 2021 (valor também bastante abaixo dos 11.071.831 € estimados no orçamento);



- A deterioração significativa da margem de EBITDA, que passa de 38,2% em setembro de 2020 para 30,4% no período homólogo de 2021, evidencia bem a elevada rigidez da estrutura de custos da empresa;



- Tal evolução é igualmente refletida na sua prestação global, com uma deterioração substancial dos resultados líquidos, passando a rentabilidade líquida de 2,3% em setembro de 2020 para campo negativo no período homólogo de 2021, -6,6% (igualmente abaixo do orçamento, onde se perspetivava a sua manutenção em campo positivo, em 0,6%);
- Em relação à estrutura financeira e patrimonial, quando comparada com a do terceiro trimestre de 2020, verificam-se variações do Capital Próprio de -1,6% e do Ativo Total Líquido de -5,5%, o que, em conjunto, consubstancia numa melhoria da Autonomia Financeira, que se situava em 70,3% em setembro de 2021, alinhada com o perspetivado no orçamento;
- Embora continue a assumir uma expressão bastante reduzida face às depreciações do exercício, a empresa realizou investimentos no montante de 508.329 €, o que fica 49,5% abaixo do concretizado no período homólogo do ano anterior, e 24,3% abaixo do orçamentado;

Investimento	2021 3ºT	2020 3ºT	2019 3º T	2021 1º Trimestre						
				SET21 - SET20		SET21 - SET19		Orç.	Var. Valor	Var. %
	Real	Real	Real	Var. Valor	Var. %	Var. Valor	Var. %			
	508 329	1 005 674	3 253 684	-497 345	-49,5%	-2 745 355	-84,4%	1 299 288	-790 959	-24,3%

- Por último, no que concerne à evolução da dívida, apesar dos constrangimentos decorrentes da evolução da sua atividade, continua a ser evidente a política da empresa de redução da sua dívida financeira líquida, o que se materializou num decréscimo de 17,2% face a dezembro de 2020 (-13,5% face ao orçamento), isto é, uma redução de 5.601.573 € em volume. Contudo, a evolução dos seus custos financeiros acabou por estabilizar quando comparada com o mesmo período do ano anterior;

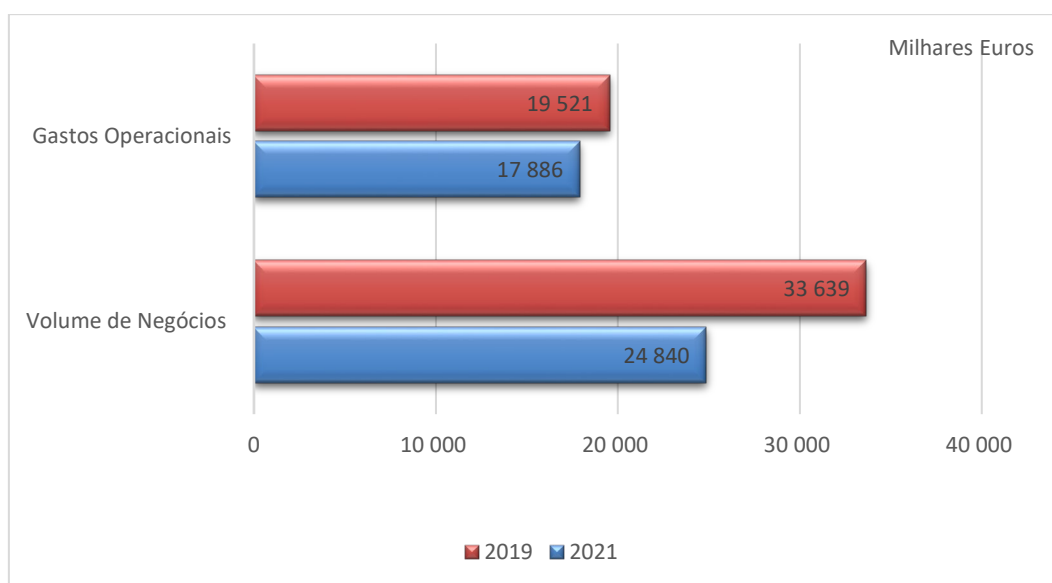
Em síntese, apresentam-se no quadro seguinte alguns dos principais indicadores da APL, S.A.:

Principais Indicadores	2021 3ºT	2020 3ºT	2019 3ºT	2021 3º Trimestre						
				SET21 - SET20		SET21 - SET19		Orç.	Var. Valor	Var. %
	Real	Real	Var. Valor	Var. %	Var. Valor	Var. %				
Rendimentos e Ganhos	28 335 026	30 610 815	38 464 530	-2 275 789	-7,4%	-2 275 789	-5,9%	32 593 297	-4 258 271	-13,1%
Volume de Negócios	24 839 547	26 357 858	33 639 314	-1 518 311	-5,8%	-1 518 311	-4,5%	29 208 711	-4 369 164	-15,0%
EBITDA	8 617 726	11 691 967	19 391 116	-3 074 241	-26,3%	-3 074 241	-15,9%	11 071 830	-2 454 104	-22,2%
% Rendimentos e Ganhos	30,4%	38,2%	50,4%					34,0%		
EBIT	-1 227 432	1 396 621	9 383 649	-169 189	-187,9%	-2 624 053	-28,0%	972 359	-2 199 791	-226,2%
% Rendimentos e Ganhos	-4,3%	4,6%	24,4%					3,0%		
RL	-1 859 300	709 036	8 357 103	1 150 264	-362,2%	-2 568 336	-30,7%	180 160	-2 039 460	-1132,0%
% Rendimentos e Ganhos	-6,6%	2,3%	21,7%					0,6%		
ATL	317 235 069	335 551 171		-18 316 102	-5,5%			325 156 395	-7 921 326	-2,4%
CP	223 069 592	226 727 562		-3 657 970	-1,6%			226 241 839	-3 172 247	-1,4%
DL	26 971 053	32 626 603		-5 655 550	-17,3%			31 189 776	-4 218 723	-13,5%
Autonomia Financeira	70,3%	67,6%						69,6%		

3.3. Cumprimento de Orientações Legais

Eficiência Operacional - Garantir em 2021 que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios seja igual ou inferior ao verificado em 2019.

Como já referido anteriormente, o contexto pandémico continua a impactar negativamente o desempenho da APL, mantendo-se a tendência de degradação do rácio de eficiência operacional, quer quando comparado com os períodos homólogos de 2020 e 2019, quer quando comparado com o orçamentado. Assim, apesar do esforço de contenção dos Gastos Operacionais, a enorme retração verificada no Volume de Negócios torna inexequível o cumprimento desta orientação.



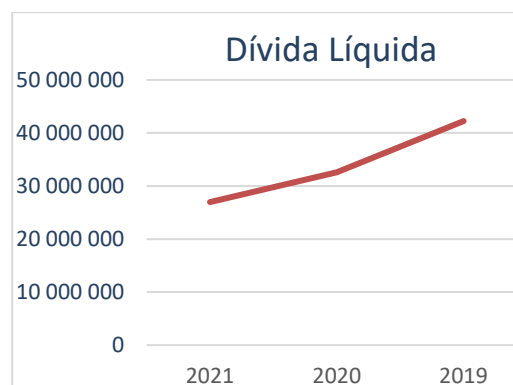
PRC - Em 2021, devem ser iguais ou inferiores ao valor mais alto entre os montantes estimados para 2020 ou os executados em 2019, no caso dos seguintes gastos:

- Com pessoal, com exceção da relativa aos corpos sociais e descontado o efeito do absentismo;
- Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;
- O acréscimo dos gastos com pessoal, deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel, bem como os relativos à contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente fundamentadas, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de aprovação da proposta de Plano de Atividades e Orçamento da empresa.

Tratando-se de um relatório trimestral, a avaliação efetuada pelo Conselho Fiscal cingiu-se aos Gastos com Pessoal, concluindo-se que estes, no valor de 13 287 329 euros, são inferiores aos registados em período homólogo de 2019 (13 615 263 euros) e de 2020 (13 482 877 euros). Também de salientar, relativamente ao orçamentado (13 939 042 euros), uma quebra de 4,7%.

Endividamento - Os instrumentos previsionais para 2021 devem refletir uma política de limitação do crescimento do endividamento, limitado a 2%, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo novos investimentos com expressão material.

Apesar do contexto adverso, a APL tem registado uma redução consistente do seu endividamento. Comparando a dívida líquida existente no final do 3º trimestre de 2021 com a existente no final de 2020, regista-se uma variação de -17,2%. Se a comparação for efetuada relativamente ao final de 2019, essa variação é de 36,1%, valores que demonstram a acentuada tendência de descida no endividamento da empresa.



PMP – Cumprimento das normas definidas na RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro.

Prazo Médio de Pagamentos	2021 3ºT	2020 3ºT	2019 3º T
	Real	Real	Real
	46	41	63

Fonte: <https://www.portodelisboa.pt/documents/20121/162195/PMP+3T21.pdf/bf41c7fd-997d-97fd-ca9f-6923d38d6660?t=1637686560571>

Embora se assista a um aumento do PMP, este facto é justificado pela APL com o efeito de 2 situações em processo de contencioso (e com antiguidade superior a 360 dias), pendentes de decisão judicial, e com uma situação de diferendo com um fornecedor quanto ao valor da tarifa cobrada. A APL vem compensando regularmente os montantes que entende serem os devidos, encontrando-se o restante em aberto.

Deduzindo o efeito destas situações, o PMP do período em reporte é de 37 dias.

4. Conclusão

Em face do exposto, entende o Conselho Fiscal que o relatório de gestão apresentado pela Sociedade referente ao 3.º Trimestre de 2021, apresenta genericamente informação detalhada das variações ocorridas face ao período homólogo do ano anterior e à versão do PAOI 2021-2022 identificada, ainda que, relativamente a este último, a análise seja condicionada pelo facto do documento não se encontrar aprovado pela tutela.

De salientar que a atividade da Sociedade foi significativamente afetada pela evolução da pandemia COVID-19 no período em análise, o que se repercutiu nos resultados do período (que passaram para campo negativo), tendo, contudo, conseguido manter uma situação financeira equilibrada e conseguido prosseguir a política de redução da sua Dívida Financeira.

Em síntese, o desempenho verificado a setembro de 2021 encontra-se bastante abaixo do orçamentado e, bem assim, do verificado no período homólogo do exercício anterior.

Em 14 de abril de 2022

A Presidente do Conselho Fiscal,

Ana Paula Gomes Azurara

Os Vogais,

Tiago Manuel Rodrigues Estevinho

Ana Cristina Rugeiro da Cruz e Silva

APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.
RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
RELATIVO AO 3.º TRIMESTRE DE 2021

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 13.º dos Estatutos da **APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.**, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 336/98, de 3 de novembro e alterados pelos Decreto-Lei n.º 334/2001, de 24 de dezembro, e Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março cumpre ao respetivo Conselho Fiscal elaborar e enviar trimestralmente aos respetivos órgãos tutelares “*um relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados, as anomalias detetadas e os principais desvios em relação às previsões*”.

Por solicitação dos membros do Conselho Fiscal, procedemos a uma análise sucinta da informação constante do documento “Relatório Trimestral de Execução Orçamental – janeiro a setembro de 2021” preparado pelo Conselho de Administração, o qual nos foi disponibilizado pelo Conselho Fiscal em 25 de janeiro de 2022.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

No trimestre em apreciação a atividade por nós desenvolvida consistiu essencialmente no seguinte:

- a) Acompanhamento da gestão da APL, designadamente através da realização de contactos regulares com o seu Conselho de Administração, bem como com a responsável pela Direção Financeira;
- b) Análise da evolução da situação económica e financeira da APL;
- c) Na sequência da análise da informação de natureza contabilística, elaborada pelos Serviços da Empresa, solicitámos e obtivemos os esclarecimentos que considerámos relevantes;
- d) Respondemos ainda às solicitações e pedidos de esclarecimento que nos foram formulados pelos Serviços da APL, no âmbito da nossa área de conhecimentos;

Adicionalmente, procedemos ainda à análise da proposta de Plano de Atividades e Orçamento da APL para o triénio de 2022-24, tendo emitido o correspondente parecer em 24 de setembro de 2021.

Em nossa opinião, o trabalho desenvolvido deu resposta às exigências contempladas, relativamente às responsabilidades e competências do Revisor Oficial de Contas.

3. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Balanço reportado a 30SET2021, bem como a respetiva evolução face a 30JUN2021¹, consta do **Anexo 1** e foi preparado a partir dos registos contabilísticos da APL.

A Demonstração de Resultados, igualmente elaborada a partir dos registos contabilísticos da APL, reportada a 30SET2021, consta do **Anexo 2** e engloba os dados relativos ao período homólogo de 2020, bem como a comparação face ao orçamento para o período em análise².

A posição financeira da APL é favorável, com os capitais próprios a ascenderem a 223.070 milhares de euros, pese embora a muito ligeira descida (-0,5%) face ao trimestre anterior, em consequência sobretudo do resultado líquido negativo apurado no trimestre, embora mantendo a tendência que já se vinha a registar desde o início do ano.

Em termos dos restantes agregados de balanço, destaca-se ainda a redução do passivo (-2,1%) e do ativo (-0,96%), nos montantes de 2.004 milhares de euros e de 3.073 milhares de euros, respetivamente, conforme se sistematiza:

Rubricas	30.SET.2021	30.JUN.2021	31.MAR.2021	VAR SET21/JUN21	
				Valor	%
Ativo líquido	317 235 068	320 307 998	328 141 322	-3 072 930	-0,96%
Capital próprio	223 069 592	224 138 879	224 900 358	-1 069 287	-0,5%
Passivo	94 165 478	96 169 119	103 240 964	-2 003 641	-2,1%
Indicadores					
Solvabilidade Total (Capital próprio/Passivo)	2,37	2,33	2,18	0,04	1,6%
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo líquido)	0,70	0,70	0,69	0,00	0,5%
Dependência Financeira (Passivo/Ativo líquido)	0,30	0,30	0,31	0,00	-1,1%

A redução do passivo resultou, principalmente, da diminuição da rubrica de financiamentos obtidos (-4,5%), tanto a médio/longo prazo (-1.028 milhares de euros) como a curto prazo (-767 milhares de euros), bem como da redução da rubrica de Estado em 793 milhares de euros. Em sentido contrário, a rubrica de outras contas a pagar registou um aumento de 1.416 milhares de euros (+49,3%), comparativamente ao trimestre antecedente. No entanto, destas variações apenas o comportamento da rubrica de financiamentos se insere na tendência que vem sendo registada nos últimos anos de redução da dívida bancária, sendo as restantes variações meramente conjunturais associadas à atividade normal da APL.

¹ Salientamos que o Relatório apresentado pela entidade considera o comparativo com referência a 31.12.2020, contudo, para efeitos de apresentação de balanço, consideramos que a comparação deva ocorrer com o fim do trimestre anterior ao de referência.

² Por simplificação considerámos 9 duodécimos do valor anual do orçamento para 2021, ignorando o eventual efeito de qualquer sazonalidade, tendo sido também este critério considerado pelo Conselho de Administração.

No ativo líquido sobressai, face ao segundo trimestre, o aumento de 257 milhares de euros na rubrica de clientes (5,1%) e também o aumento de 839 milhares de na rubrica de meios financeiros líquidos (11,5%). Em sentido contrário, a redução ocorrida ao nível do ativo fixo tangível decorre sobretudo das depreciações do período, ocorrendo igualmente uma redução expressiva no saldo da rubrica ativa de Estado e outros entes públicos.

No que respeita à evolução dos principais indicadores financeiros apresentados, os mesmos corroboram globalmente a sólida situação financeira evidenciada pela APL.

Em termos de resultados, a APL apresenta, no final do trimestre em análise, um resultado negativo de 1.859 milhares de euros, situando-se muito abaixo do resultado orçamentado para o período, em que se previa um resultado positivo de 180 milhares de euros, o que traduz um desempenho bastante inferior ao esperado, o qual está associado, essencialmente, ao desvio negativo ocorrido ao nível das Vendas e prestações de serviços, com menos 3.733 milhares de euros face ao que tinha sido orçamentado, agravado ainda com um aumento das imparidades para dívidas a receber que superou o valor orçamentado em 598 milhares de euros.

Deste modo, e não obstante o menor volume de gastos ocorrido sobretudo ao nível dos FSE (menos 889 milhares de euros) e dos gastos com pessoal (menos 652 milhares de euros), tornou-se inevitável a deterioração da situação económica da APL, a qual está associada à persistência da situação pandémica, e respetivas consequências, de forma mais gravosa do que tinha sido previsto em sede de exercício orçamental.

Esta realidade é igualmente perceptível quando se compara o resultado líquido gerado nos primeiros nove meses de 2021 com o ocorrido no período homólogo de 2020, evidenciando uma forte redução (menos 2.568 milhares de euros, correspondente a menos 362,2 %), sendo certo que o ano de 2020 beneficiou ainda dos primeiros dois meses e meio de atividade dita "normal", sem os efeitos decorrentes da situação pandémica.

Para este comportamento foi particularmente determinante a interdição de desembarque de passageiros e tripulações dos navios, principalmente, de cruzeiro nos portos nacionais, em resultado das medidas governamentais visando o controlo da proliferação do vírus SARS-CoV-2, com impacto em todas as áreas de negócios, e que se traduziu, designadamente, o movimento de navios, e particularmente da tonelagem bruta movimentada, com menos 20,6% nos nove primeiros meses de 2021, face ao período homólogo de 2020.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos principais indicadores de cariz económico, com a respetiva comparação quer com o período homólogo de 2020, quer com o orçamentado para os primeiros noive meses de 2021:

	Real	Orçamento	Real	VAR Real		VAR Orçamento	
	30.SET.2021	30.SET.2021	30.SET.2020	Valor	%	Valor	%
Volume de negócios	24 839 547	29 208 711	26 357 858	-1 518 311	-5,8%	-4 369 164	-15,0%
Vendas e serviços prestados	17 233 876	20 966 602	18 053 473	-819 597	-4,5%	-3 732 726	-17,8%
Outros rendimentos	7 586 192	8 187 942	8 249 464	-663 272	-8,0%	-601 750	-7,3%
EBITDA	8 617 726	11 071 830	11 691 967	-3 074 241	-26,3%	-2 454 104	-22,2%
EBIT	-1 227 432	972 359	1 396 621	-2 624 053	-187,9%	-2 199 791	-226,2%
Resultado Líquido do Período	-1 859 300	180 160	709 036	-2 568 336	-362,2%	-2 039 460	-1132,0%

Pese embora o EBITDA seja positivo, no montante de 8.618 milhares de euros, verifica-se uma redução de 2.454 milhares de euros (22,2%) face ao montante orçamentado para o trimestre que ascendia a 11.071 milhares de euros. Atente-se que, comparativamente a igual período homólogo, o decréscimo foi de 3.074 milhares de euros (-26,3%).

Considerando os gastos de amortização e depreciação reconhecidos no período em referência, gerou-se um resultado operacional negativo de 1.227.432 euros, num desvio desfavorável de 2.200 milhares de euros (-226,2%) face ao orçamentado, e de uma redução de 2.624 milhares de euros (-187,9%) face ao realizado em igual período homólogo.

Os gastos com financiamento, no valor de 415 milhares de euros, situam-se em nível idêntico ao do período homólogo, embora evidenciando uma diminuição de 102 milhares de euros (-19,8%) face ao orçamentado, embora com reduzido impacto no resultado líquido apurado.

Em termos globais, destaca-se o esforço continuado que tem sido desenvolvido pelo Conselho de Administração, no sentido de conciliar o nível de atividade com o orçamento disponível, num contexto de severas restrições económicas à atividade, sendo certo que a atividade desenvolvida pela APL, pela sua natureza, condicionantes e objetivos, depende essencialmente de fatores externos da conjuntura económica, com particular destaque na movimentação de carga e de passageiros.

Importa, no entanto, deixar uma referência a dois aspetos positivos, que permitem gerar uma esperança acrescida no futuro. Por um lado, a forte redução dos efeitos nocivos gerados pela declaração de uma situação de greve continuada por parte do SEAL – Sindicato dos Estivadores e da Atividade Logística, que se iniciou em fevereiro de 2020 e se prolongou até meados de 2021, e, por outro lado, os sinais de retoma económica que se começaram já a fazer sentir no decurso do 4.º trimestre de 2021 e que se tem mantido, designadamente ao nível da atividade de cruzeiros, não obstante a incerteza gerada atualmente decorrente dos eventuais impactes associados à situação de guerra no leste europeu, principalmente ao nível do agravamento do preço dos combustíveis.

4. NOTA FINAL

Finalmente, manifesta-se o nosso agradecimento aos responsáveis da APL com quem contactámos ao longo do nosso trabalho, destacando-se a postura colaborante e pró-ativa do respetivo Conselho de Administração, bem como da responsável pela área financeira, à semelhança do que tem sucedido com os membros do Conselho Fiscal.

Lisboa, 06 de abril de 2022

O Revisor Oficial de Contas

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na OROC sob o nº 691 e na lista de auditores da CMVM sob o nº 20160331)

ANEXO 1 – Balanço

(valores em euros)

BALANÇO	30-SET-21	30-JUN-21	31-MAR-20	Var. SET.21 / JUN.21	
				Valor	%
ATIVO NÃO CORRENTE					
Ativos fixos tangíveis	225 019 048	227 179 045	229 416 850	(2 159 997)	-1,0%
Propriedades de investimento	46 026 522	46 377 387	46 737 407	(350 865)	-0,8%
Ativos intangíveis	27 906 850	28 376 328	28 830 511	(469 478)	-1,7%
Outros ativos Financeiros	8 407	7 775	7 233	632	8,1%
	298 960 827	301 940 536	304 992 001	(2 979 709)	-1,0%
ATIVO CORRENTE					
Clientes	5 308 430	5 051 200	6 987 275	257 230	5,1%
Adiantamentos a fornecedores	3 199	3 199	3 299	-	0,0%
Estado e outros entes públicos	1 730 900	2 965 729	2 965 456	(1 234 829)	-41,6%
Outras contas a receber	221 670	267 735	357 513	(46 065)	-17,2%
Diferimentos	207 931	116 287	111 201	91 644	78,8%
Ativos não correntes detidos para venda	2 657 597	2 657 597	2 657 597	-	0,0%
Caixa e depósitos bancários	8 144 514	7 305 714	10 066 981	838 800	11,5%
	18 274 241	18 367 462	23 149 322	(93 221)	-0,5%
TOTAL ATIVO	317 235 068	320 307 998	328 141 322	(3 072 930)	-1,0%
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital subscrito	60 000 000	60 000 000	60 000 000	-	0,0%
Reservas legais	6 539 834	6 539 834	6 539 834	-	0,0%
Outras reservas	83 574 052	83 574 052	83 574 052	-	0,0%
Resultados transitados	31 233 698	31 233 698	31 233 698	-	0,0%
Outras variações no capital próprio	43 581 308	43 848 605	44 119 290	(267 297)	-0,6%
Resultado líquido do período	(1 859 300)	(1 057 311)	(566 516)	(801 989)	75,9%
	223 069 592	224 138 879	224 900 358	(1 069 287)	-0,5%
PASSIVO NÃO CORRENTE					
Provisões	3 299 895	3 299 895	3 299 895	-	0,0%
Financiamentos obtidos	21 922 307	22 950 745	23 953 886	(1 028 438)	-4,5%
Responsabilidade por benefícios pós-emprego	6 389 979	6 470 488	6 642 955	(80 509)	-1,2%
Passivos por impostos diferidos	3 844 613	3 776 590	3 708 575	68 023	1,8%
Outras contas a pagar	9 711 293	9 711 293	9 711 293	-	0,0%
	45 168 087	46 209 011	47 316 604	(1 040 924)	-2,3%
PASSIVO CORRENTE					
Fornecedores	339 337	644 207	698 948	(304 870)	-47,3%
Adiantamentos de clientes	1 550 150	1 478 337	1 373 312	71 813	4,9%
Estado e outros entes públicos	924 343	1 717 568	1 190 685	(793 225)	-46,2%
Acionistas/sócios	180 700	180 700	180 700	-	0,0%
Financiamentos obtidos	13 193 260	13 960 237	18 305 275	(766 977)	-5,5%
Outras contas a pagar	4 286 969	2 871 285	3 995 994	1 415 684	49,3%
Diferimentos	28 522 632	29 107 774	30 179 447	(585 142)	-2,0%
	48 997 391	49 960 108	55 924 361	(962 717)	-1,9%
TOTAL DO PASSIVO	94 165 478	96 169 119	103 240 964	(2 003 641)	-2,1%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	317 235 070	320 307 998	328 141 322	(3 072 928)	-1,0%

ANEXO 2 – Demonstração de Resultados

(valores em euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	Real		Real	VAR Real SET.21		Var Orç. SET.21	
	30-SET-21	Orçamento (*) 30-SET-21	30-SET-20	Valor	%	Valor	%
Vendas e serviços prestados	17 233 876	20 966 602	18 053 473	(819 597)	-4,5%	(3 732 726)	-17,8%
Fornecimentos e serviços externos	(4 598 473)	(5 487 419)	(3 828 635)	(769 838)	20,1%	888 946	-16,2%
Gastos com o pessoal	(13 287 329)	(13 939 042)	(13 482 877)	195 548	-1,5%	651 713	-4,7%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(875 412)	(277 500)	(614 404)	(261 008)	42,5%	(597 912)	215,5%
Provisões (aumentos/reduções)	-	(90 000)	-	-	-	90 000	-100,0%
Outros rendimentos e ganhos	11 101 150	11 626 695	12 557 342	(1 456 192)	-11,6%	(525 545)	-4,5%
Outros gastos e perdas	(956 086)	(1 727 506)	(992 931)	36 845	-3,7%	771 420	-44,7%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	8 617 726	11 071 830	11 691 967	(3 074 241)	-26,3%	(2 454 104)	-22,2%
(Gastos) / reversões de depreciação e amortização	(6 611 098)	(6 732 981)	(6 861 242)	450 189	-4,4%	254 313	-2,5%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(1 227 432)	972 359	1 396 621	(2 624 053)	-187,9%	(2 199 791)	-226,2%
Juros e gastos similares suportados	(415 343)	(517 769)	(413 740)	(1 603)	0,4%	102 426	-19,8%
Resultado antes de impostos	(1 642 775)	454 590	982 881	(2 625 656)	-267,1%	(2 097 365)	-461,4%
Imposto sobre o rendimento do período	(216 525)	(274 430)	(273 845)	57 320	-20,9%	57 905	-21,1%
Resultado líquido do período	(1 859 300)	180 160	709 036	(2 568 336)	-362,2%	(2 039 460)	-1132,0%

(*) Por simplificação considerámos 9 duodécimos do valor anual do orçamento para 2021, ignorando o eventual efeito de qualquer sazonalidade.

